

MUSEU, ESCOLA E PATRIMÔNIO: CONTRIBUIÇÕES DAS PRÁTICAS EDUCATIVAS DO MUSEU AMAZÔNICO DA UFAM PARA O DESENVOLVIMENTO DAS COMPETÊNCIAS DA BNCC

Larissa Lago Freire¹

¹*Universidade Federal do Amazonas, Manaus, Brasil
(lalafre@ufam.edu.br).*

Resumo: Os museus são reconhecidos como importantes espaços de educação não formal, capazes de promover experiências de aprendizagem significativas e contribuir para a formação cidadã. Este estudo analisa as confluências entre as práticas educativas promovidas pelo Museu Amazônico da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e as competências gerais estabelecidas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Metodologicamente, desenvolveu-se uma pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, associada ao mapeamento analítico das ações de extensão e mediação cultural executadas pela instituição durante o primeiro semestre de 2026. Os resultados revelam que atividades como visitas guiadas, oficinas temáticas e rodas de conversa transcendem a mera ilustração do currículo formal. Ao tensionarem o aprendizado a partir do contato direto com acervos arqueológicos e antropológicos regionais, tais ações territorializam as diretrizes nacionais, consolidando o pensamento crítico, a alteridade e o repertório cultural dos discentes. Conclui-se que a articulação entre museu e escola fortalece a preservação da memória e atua como vetor estratégico para a salvaguarda identitária na Amazônia.

Palavras-chave: Educação Patrimonial; Educação Museal; BNCC; Museu Amazônico; Patrimônio Cultural

INTRODUÇÃO

Os museus vêm passando por profundas transformações epistemológicas e políticas, ampliando significativamente suas funções sociais e assumindo um papel estratégico na democratização do acesso ao conhecimento e na promoção de processos educativos voltados à formação crítica e cidadã. Historicamente vistos como templos de contemplação passiva e de legitimação de narrativas

hegemônicas, esses espaços ressignificaram suas práticas nas últimas décadas, alinhando-se aos preceitos da museologia social. Hoje, para além das funções tradicionais de salvaguarda, exposição, preservação, pesquisa e comunicação de acervos, as instituições museológicas configuram-se como laboratórios vivos de educação não formal. Trata-se de ambientes capazes de proporcionar experiências de aprendizagem ímpares, que articulam memória, cultura, ciência e patrimônio a partir da experiência sensível e do diálogo intercultural.

Nesse âmbito, as ações desenvolvidas no interior dos museus contribuem diretamente para a construção de conhecimentos significativos, favorecendo o intercâmbio entre saberes acadêmicos e populares, além de estimular a reflexão continuada sobre as identidades culturais e os processos históricos que constituem a sociedade. A crescente valorização dos espaços educativos não formais na contemporaneidade tem reforçado a premência de se compreender os museus não como apêndices, mas como ambientes complementares indispensáveis à escola formal. Essa simbiose pedagógica amplia as possibilidades curriculares tradicionais, oxigena as práticas docentes e promove o acesso democrático e equitativo aos bens culturais, transformando o patrimônio edificado ou salvaguardado em um direito fundamental de todo cidadão.

Inserido nesse cenário, o Museu Amazônico da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) destaca-se como uma instituição voltada à preservação, pesquisa, documentação e difusão do vasto patrimônio cultural amazônico. Como órgão suplementar de uma das universidades mais antigas do país, o museu não se limita à mera exposição de suas coleções; ele atua na produção e socialização de conhecimentos complexos sobre a Amazônia, inclusive essa é sua missão. Seu acervo, que é composto por coleções arqueológicas, antropológicas, históricas e documentais de inestimável valor científico, serve como base para a desconstrução de estereótipos historicamente atribuídos à região. Além das atividades de pesquisa e salvaguarda, a instituição mantém ações permanentes de educação museal, estruturando um calendário dinâmico que engloba visitas mediadas, oficinas educativas, rodas de conversas, eventos

científicos e jornadas de educação patrimonial voltadas a estudantes da rede básica, professores e à comunidade externa. Tais ações operam como pontes que possibilitam o contato direto com as diferentes expressões materiais e imateriais do patrimônio cultural do amazônico, favorecendo a construção de aprendizagens contextualizadas e gerando um forte senso de pertencimento e valorização da diversidade cultural da região.

A relevância dessas ações educativas encontra sólido respaldo teórico nos princípios da Educação Patrimonial. Essa vertente pedagógica é compreendida como um processo de alfabetização cultural permanente, que utiliza o patrimônio como fonte primária de conhecimento, reflexão crítica e apropriação social. De acordo com o referencial clássico de Horta, Grunberg e Monteiro (1999), a educação patrimonial não deve ser confundida com a mera transmissão de dados históricos; ela constitui um instrumento de emancipação que possibilita ao sujeito desenvolver uma compreensão crítica acerca dos bens culturais e de sua responsabilidade na manutenção da memória coletiva. Sob essa ótica, o patrimônio deixa de ser um objeto estático e passa a ser lido como um documento histórico repleto de tensões e significados, essencial para que as comunidades locais se reconheçam como sujeitos ativos da história.

Essa perspectiva emancipatória é legitimada e estruturada pela Política Nacional de Educação Museal (PNEM), que reconhece a dimensão educativa como uma função ontológica e estruturante dos museus brasileiros. A PNEM preconiza a necessidade de se promoverem processos educativos participativos, inclusivos, acessíveis e socialmente comprometidos com a redução das desigualdades de gênero, raça e classe. De forma convergente, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) enfatiza a urgência da formação integral dos estudantes, defendendo que as experiências educativas desenvolvidas em diferentes espaços culturais e comunitários são fundamentais para o desenvolvimento humano pleno (BRASIL, 2018). Entre as dez competências gerais que norteiam a educação básica nacional, destacam-se a valorização do repertório cultural, o respeito à alteridade, o refinamento do pensamento crítico-científico e o exercício pleno da cidadania. Esses macro-objetivos da base curricular nacional dialogam

de maneira vinculada às premissas da educação patrimonial e das mediações museais cotidianas.

Diante desse panorama, o presente trabalho tem como objetivo analisar as aproximações e confluências entre as práticas educativas desenvolvidas no Museu Amazônico da UFAM e as competências previstas na Base Nacional Comum Curricular, evidenciando como a educação patrimonial pode atuar como um vetor prático de materialização e territorialização das diretrizes curriculares nacionais na Amazônia.

MATERIAL E MÉTODOS

O presente estudo adota uma abordagem qualitativa, caracterizando-se como uma pesquisa de natureza bibliográfica e documental, com fins descritivos e exploratórios. De acordo com a taxonomia metodológica, o desenho da pesquisa foi estruturado em duas etapas complementares: o levantamento do arcabouço normativo-teórico e o mapeamento empírico das ações institucionais.

Na primeira etapa, realizou-se um levantamento documental focado nas legislações e diretrizes que regulam a interface entre educação formal e mediação museal no cenário brasileiro. O corpus documental foi constituído pela Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018) e pelas diretrizes da Política Nacional de Educação Museal (BRASIL, 2018). Para a sustentação teórica e a fundamentação do estado da arte, procedeu-se à pesquisa bibliográfica em bases de dados acadêmicas (como SciELO e Google Acadêmico), selecionando-se literatura especializada sobre educação patrimonial, museologia social e a função pedagógica dos museus na contemporaneidade.

Na segunda etapa, de caráter empírico, efetuou-se o mapeamento e a análise das ações educativas promovidas pelo Museu Amazônico da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). O recorte temporal delimitado compreendeu o primeiro semestre do ano de 2026 (janeiro a junho), período no qual foram inventariadas as atividades de extensão e mediação cultural voltadas ao público

escolar e comunitário. O universo de dados empíricos englobou os registros institucionais de visitas mediadas, oficinas temáticas, rodas de conversa e jornadas de educação patrimonial executadas pela equipe pedagógica do museu.

A técnica empregada para o tratamento e a interpretação dos dados foi a análise documental por emparelhamento e categorização. Os relatórios de atividades e cronogramas de ações do Museu Amazônico foram confrontados diretamente com as dez competências gerais da educação básica preconizadas pela BNCC. O critério de análise centrou-se na identificação de convergências funcionais, investigando de que forma as estratégias de comunicação estética, histórica e arqueológica do museu traduziam e materializavam os objetivos de aprendizagem nacionais no contexto cultural amazônico.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As práticas educativas desenvolvidas no Museu Amazônico constituem eixos de mediação cultural entre os públicos e o patrimônio cultural da região, mobilizando múltiplas estratégias de comunicação e aprendizagem. Longe de operarem como mera ilustração passiva do currículo escolar, tais ações, consubstanciadas em visitas mediadas, oficinas temáticas e rodas de conversa, traduzem acervos complexos em experiências didáticas dinâmicas, capazes de despertar o sentimento de pertença e de responsabilidade social pela memória local. A Tabela 1 sistematiza como o cronograma executado pela instituição intersecta diretamente as demandas pedagógicas contemporâneas

Tabela 1. Relação entre competências gerais da BNCC e práticas educativas no Museu Amazônico.

Competência Geral da BNCC.

Conhecimento	Visitas mediadas das exposições
Repertório Cultural	Contato com patrimônio e acervos
Pensamento Crítico	Oficinas e Mediações educativas
Comunicação	Rodas de conversas, diálogos em mediações e atividades participativas
Empatia e Cooperação	Atividades coletivas
Responsabilidade e Cidadania	Oficinas de educação patrimonial.

Os dados expressos na Tabela 1 evidenciam que a atuação do museu territorializa as competências gerais estabelecidas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Ao deslocar o eixo da aprendizagem para além dos muros da escola formal, o museu favorece a construção de saberes densamente contextualizados, nos quais o patrimônio atua como elemento gerador da identidade social. Essa descentralização pedagógica corrobora os preceitos de Brasil (2018), que estimula a articulação orgânica entre redes de ensino e ecossistemas culturais circundantes.

A eficácia dessa interface é legitimada por Gonçalves e Noronha (2011), que, ao analisarem o ecossistema comunicacional do Museu Amazônico, destacam que os processos de divulgação científica e mediação cultural rompem com a linearidade tradicional ao aproximarem os saberes escolares das vivências concretas dos estudantes. Ao tencionar o conteúdo programático em face do acervo regional, o discente deixa de ser um espectador passivo e assume o papel de investigador da própria história.

Paralelamente, nota-se que as oficinas e as rodas de conversa promovem o desenvolvimento do pensamento crítico, da comunicação e da empatia. Ao estimular reflexões sobre as assimetrias históricas, a diversidade linguística e os processos de preservação, tais ações fortalecem a compreensão do patrimônio como uma construção social e política viva, passível de novas leituras. Essa dimensão emancipatória coaduna com os pressupostos teóricos de Horta, Grunberg e Monteiro (1999), que defendem a educação patrimonial como um instrumento de alfabetização cultural e de sensibilização indispensável para o exercício da cidadania plena.

Essa práxis educativa encontra amparo legal e institucional nas diretrizes da Política Nacional de Educação Museal, reestruturada pela Resolução Normativa Ibram nº 40/2025, que consagra a função educativa como pilar ontológico e inclusivo dos museus brasileiros. Adicionalmente, as dinâmicas mapeadas convergem com as conclusões de Rabelo *et al.* (2024), ao apontarem que as instituições museológicas do Amazonas desempenham um papel geopolítico crucial na salvaguarda e na difusão das memórias regionais, atuando de forma ativa na democratização do acesso aos bens culturais e no fortalecimento das identidades individuais e coletivas da Amazônia.

CONCLUSÃO

O presente estudo buscou analisar as aproximações entre as práticas educativas desenvolvidas no Museu Amazônico da UFAM e as competências gerais previstas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A partir da análise documental e do mapeamento das ações promovidas pela instituição no primeiro semestre de 2026, constatou-se que o espaço museal atua de forma associada à escola formal, materializando diretrizes curriculares nacionais em experiências vivas e territorializadas na realidade nortista.

Os resultados revelaram que atividades como as visitas mediadas, as oficinas temáticas e as rodas de conversa não se limitam a ilustrar passivamente os conteúdos da sala de aula. Pelo contrário, elas tencionam e expandem o aprendizado formal ao colocar o estudante em contato direto com os acervos

arqueológicos, antropológicos e históricos da região. Essa dinâmica pedagógica consolida competências essenciais da BNCC, com destaque para a ampliação do repertório cultural, o refinamento do pensamento crítico e a valorização da alteridade, permitindo que os discentes compreendam a complexidade sociocultural do território em que estão inseridos.

Portanto, a articulação intencional entre o museu e a escola revela-se uma estratégia urgente para a superação de modelos de ensino puramente mnemônicos, sendo capaz de conectar de forma orgânica os conteúdos programáticos formais às realidades socioculturais e geográficas vivenciadas pelos alunos. Em uma região geopoliticamente complexa como a Amazônia, marcada por uma imensa riqueza cultural, pluralidade linguística e diversidade de saberes tradicionais, essa aproximação assume contornos de salvaguarda política e identitária. Estudar a história e a ciência da região a partir do chão do museu contribui para o fortalecimento das identidades individuais e coletivas e para o letramento científico dos discentes.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Instituto Brasileiro de Museus. Resolução Normativa Ibram nº 40, de 03 de dezembro de 2025. Dispõe sobre a Política Nacional de Educação Museal - PNEM e dá outras providências. Brasília: Ibram, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/museus/pt-br/assuntos/legislacao-e-normas/outros-instrumentos-normativos/resolucao-normativa-ibram-no-40-de-03-de-dezembro-de-2025>. Acesso em: 10 jul. 2026.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Base Nacional Comum Curricular: Educação é a Base. Brasília: MEC/SEB, 2018. Disponível em: mec.gov.br. Acesso em: 10 jul. 2026.
- CHAGAS, Mário de Souza. Memória e poder: contribuições para a teoria e a prática nos museus. Rio de Janeiro: Museu da República, 2002. Disponível em: <https://mariochagas.com/wpcontent/uploads/2020/01/5memoriaepoder.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2026.

GONÇALVES, Carolina Brandão; NORONHA, Nelson Matos de. Estratégia didática da divulgação científica e a mediação para aprendizagem dos saberes escolares: o caso do Museu Amazônico da UFAM. Areté – Revista Amazônica de Ensino de Ciências, Manaus, v. 4, n. 7, p. 141-147, 2011. Disponível em: <http://periodicos.uea.edu.br/index.php/arete/article/view/30>. Acesso em: 10 jul. 2026.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. Guia Básico de Educação Patrimonial. Brasília: Iphan, 1999. 68 p. Disponível em: iphan.gov.br. Acesso em: 10 jul. 2026. BRASIL.

RABELO, L. A. F.; TERRA, G. M.; TRINDADE, T. L.; TORRES, P. L. Museus, interculturalidade e patrimônio cultural amazonense: uma análise sobre as instituições museológicas destinadas à guarda, conservação e preservação do patrimônio cultural do Amazonas – Brasil. Ciência da Informação em Revista, v. 11, p. e18638, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufal.br/cir/article/view/18638>. Acesso em: 10 jul. 2026.